

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
-------------------------	-----------

Capítulo I

A SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO E A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL.....	23
--	-----------

1.1. Conceito de inconstitucionalidade	23
1.1.1. Dos elementos da inconstitucionalidade	23
1.2. Espécies de inconstitucionalidade (normativa, não normativa, por ação, por omissão, formal, material, originária, superveniente, total, parcial, direta e indireta).....	29
1.3. Conceito, objeto e parâmetro do controle de constitucionalidade...	42
1.3.1. Bloco de constitucionalidade	58
1.4. Natureza do controle de constitucionalidade	62
1.5. Os sistemas de controle jurisdicional de constitucionalidade.....	63
1.5.1. Classificação.....	63
1.5.1.1. Momento a partir do qual podem ser ajuizadas a ADIn e a ADC	66
1.6. Semelhanças e dissimilaridades entre o controle abstrato e o concreto...	71
1.6.1. Normas passíveis de controle abstrato de constitucionalidade	82
1.6.2. Ofensa direta e ofensa indireta à Constituição.....	84
1.6.3. Condições da ação e pressupostos processuais	86
1.6.3.1. Legitimados à propositura de ADIn e ADC.....	92
1.6.3.1.1. Pertinência temática ou objetiva	94
1.6.3.2. Representação processual e capacidade postulatória	96
1.6.3.3. Impedimento e suspeição	98
1.6.3.4. Carência originária e superveniente do direito de ação	102

1.6.4. O pedido na ADIn e na ADC.....	104
1.6.4.1. O pedido de medida cautelar na ADIn e na ADC ...	105

Capítulo II

CONSEQUÊNCIAS DA INCONSTITUCIONALIDADE E DE SUA DECLARAÇÃO JUDICIAL..... 107

2.1. Inexistência, nulidade e anulabilidade.....	107
2.2. Da sanção de nulidade absoluta.....	113
2.2.1. Dos efeitos pretéritos residuais do ato nulo: teoria da paraeficácia do ato nulo.....	113
2.3. Da revogação da norma.....	121
2.3.1. Conceitos de vigência, eficácia, revogação, recepção e repristinação.....	121
2.3.1.1. Os equívocos conceituais e suas consequências....	122
2.4. A questão do controle abstrato da legislação pré-constitucional...	124
2.4.1. O <i>status quæstionis</i> no direito comparado.....	124
2.4.2. O <i>status quæstionis</i> no STF.....	127
2.4.3. Crítica à posição do STF.....	128
2.4.3.1. Da revogação por inconstitucionalidade.....	128
2.4.3.2. Inconstitucionalidade sem nulidade.....	133
2.4.3.3. Vigência da norma e atualidade da ofensa à Constituição.....	136
2.4.3.4. Exceção à regra da revogação por inconstitucionalidade: o caso da inconstitucionalidade superveniente por mutação fática ou da interpretação da norma.....	142
2.4.3.5. Da constitucionalidade superveniente.....	144
2.4.3.6. Da conveniência do controle abstrato da legislação pré-constitucional.....	146

Capítulo III

O PAPEL DO SENADO FEDERAL NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE..... 147

3.1. Suspensão da execução de lei e revogação.....	149
3.2. Natureza jurídica da resolução senatorial.....	151

3.3. Competência discricionária e competência vinculada	154
3.4. Eficácia retroativa e eficácia prospectiva	157
3.5. “Efeito reprivatizatório” ou não da resolução	163
3.6. Revogabilidade ou não da resolução suspensiva	164
3.7. Desnecessidade de comunicação formal ao Senado	166
3.8. Mutação jurisprudencial.....	166
3.9. Controle da constitucionalidade da resolução.....	167
3.10. Posição hierárquico-normativa da resolução	168
3.11. Normas passíveis de suspensão pelo Senado	169
3.12. Súmula vinculante e decisão em repercussão geral: utilidade da resolução.....	174
3.13. “Abstratizaç�o” do controle incidental exercido pelo STF	176
3.14. Síntese	186

Capítulo IV

EFICÁCIA DAS DECISÕES DEFINITIVAS DO STF EM ADIN E ADC: ESPECIFICIDADES DO CONTROLE CONCENTRADO **187**

4.1. A natureza objetiva do processo constitucional e suas implicações...	187
4.1.1. � possível um processo sem partes?.....	188
4.1.2. A eficácia <i>erga omnes</i> como decorrência da natureza objetiva do processo constitucional	190
4.1.3. O efeito vinculante como decorrência da opção do legislador constituinte.....	192
4.1.4. Distinção entre coisa julgada <i>erga omnes</i> , eficácia <i>erga omnes</i> e efeito vinculante	193
4.1.4.1. Diferenç�a quanto � técnica processual.....	204
4.1.4.2. A súmula vinculante	206
4.1.5. Da cláusula <i>rebus sic stantibus</i> implícita na coisa julgada <i>erga omnes</i> , na eficácia <i>erga omnes</i> e no efeito vinculante.....	209
4.1.5.1. Cessação da eficácia prospectiva da coisa julgada nas relações tributárias continuativas	220
4.1.6. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada <i>erga omnes</i> ...	223
4.1.6.1. Limites objetivos	224
4.1.6.1.1. Vinculação de todos � parte dispositiva do acórdão definitivo.....	224

4.1.6.2. Limites subjetivos.....	233
4.1.6.2.1. Autovinculação do STF à coisa julgada <i>erga omnes</i>	233
4.1.7. Limites objetivos e subjetivos do efeito vinculante	238
4.1.7.1. Limites objetivos	238
4.1.7.1.1. Efeito vinculante: vinculação aos motivos determinantes (“tragende Gründe”) ou à parte dispositiva da decisão?.....	238
4.1.7.2. Limites subjetivos.....	250
4.1.7.2.1. Inexistência de autovinculação do STF ...	250
4.1.7.2.2. Inexistência de vinculação do Poder Legislativo.....	251
4.2. O denominado “efeito repristinatório” e o efeito vinculante.....	254
4.2.1. O “efeito repristinatório” injusto ou indesejado	256
4.2.1.1. Da necessidade de cumulação de pedidos e seus inconvenientes	257
4.2.2. Relações entre o “efeito repristinatório” e o efeito vinculante.....	260
4.3. A impossibilidade de renovação de prazos decadenciais e prescricionais já exauridos em virtude da decisão do STF	263
4.3.1. Declaração de inconstitucionalidade e repetição de indébito tributário.....	266
4.3.2. A (in)constitucionalidade do art. 741, parágrafo único, do CPC-73 e dos arts. 525, §§ 12 e 15, e 535, §§ 5º e 8º, do CPC-2015.....	268
4.4. A manipulação dos efeitos da decisão definitiva de mérito em ADIN e ADC.....	292
4.4.1. Limites à modulação: a sanção de nulidade como norma-regra.....	323

Capítulo V

A NATUREZA DÚPLICE DA ADIN E DA ADC..... 331

5.1. A produção de coisa julgada material e efeito vinculante nas decisões definitivas de procedência e de improcedência.....	331
5.1.1. A questão no direito comparado	331
5.1.2. A questão no STF.....	335

Capítulo VI

APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE COMO LIMITAÇÃO AO EFEITO VINCULANTE E À EFICÁCIA <i>ERGA OMNES</i>.....	345
6.1. Casos em que o próprio STF relativizou o efeito vinculante e a eficácia <i>erga omnes</i>	348
6.1.1. O caso da Rcl nº 1067.....	349
6.1.2. O caso da ADIn nº 223.....	353
6.1.3. O caso da ADIn nº 1232.....	361
6.2. O caso da antecipação de tutela contra a Fazenda Pública.....	364
CONCLUSÕES.....	367
BIBLIOGRAFIA.....	385